

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.211 - PE (2019/0355637-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : ERASMO DA SILVA DELMONDES (PRESO)
ADVOGADO : MARCOS TÚLIO ARAÚJO DE ALENCAR BARRETO -
PE000942A
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ERASMO DA SILVA DELMONDES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Depreende-se dos autos que, em 19/4/2019, o recorrente foi preso em flagrante em razão da prática, em tese, do delito de homicídio, na modalidade tentada.

Posteriormente a custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou a ordem precedente, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 167):

HABEAS CORPUS. PACIENTE DENUNCIADO PELA PRÁTICA DO CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. ARTIGO 121, §2º, I, C/C ART. 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. PACIENTE QUE TENTOU CEIFAR A VIDA DA VÍTIMA MEDIANTE UM GOLPE DE FACA, EM VIRTUDE DE UM DESENTENDIMENTO OCORRIDO ENTRE OS DOIS NA NOITE DO CRIME.

ACUSADO QUE, PODENDO AGIR PARA EVITAR A PRÁTICA DO DELITO, RESOLVEU VIOLAR A LEI PENAL, POIS, SEGUNDO SUA PRÓPRIA CONFISSÃO, O RÉU DECLAROU QUE "MORA VIZINHO AO BAR E FOI EM CASA BUSCAR A ARMA DO CRIME". PRISÃO PREVENTIVA QUE MERECE SER MANTIDA, ANTE O RISCO À ORDEM PÚBLICA DECORRENTE DA SERIEDADE EM CONCRETO DO CRIME EM COMENTO, QUE FOI IMPUTADO AO PACIENTE COM BASE EM FUNDADOS INDÍCIOS DE AUTORIA. GRAVIDADE EM CONCRETO DO CRIME QUE RESPALDA A CUSTÓDIA PREVENTIVA, ANTE O RISCO À ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES DO STJ. PACIENTE PRIMÁRIO, BONS ANTECEDENTES, "BONS COSTUMES" E "CONVÍVIO SOCIAL TRANQUILO E ACEITO POR TODOS". CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS AO ACUSADO QUE,

Superior Tribunal de Justiça

POR SI SÓS, NÃO ASSEGURAM O DIREITO À LIBERDADE PROVISÓRIA, QUANDO PRESENTES OS MOTIVOS PARA À PRISÃO PREVENTIVA, CONSOANTE SÚMULA N.º 86 DO TJPE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

No presente recurso, alega o recorrente que não há fundamentação idônea apta a justificar a sua custódia cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação de sua prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura. Subsidiariamente, pleiteia a aplicação de medida cautelar diversa da prisão prevista no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – e o envio de cópia de outras decisões referentes à prisão cautelar do recorrente – e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Superior Tribunal de Justiça

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator